

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E SEUS
IMPACTOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA NO PONTAL
DO PARANAPANEMA-SP¹**

**THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) AND ITS IMPACTS
ON THE WORKING CLASS IN PONTAL DO PARANAPANEMA-
SP**

**EL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (PAA) Y SUS
IMPACTOS SOBRE LA CLASE TRABAJADORA EN EL PONTAL
DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO, BRASIL)**

Sidney Cássio Todescato Leal
cassio.todescato@hotmail.com

Antonio Thomaz Junior
thomazjr@gmail.com

RESUMO: Este artigo traz à discussão as prerrogativas e as ações que envolveram, no Pontal do Paranapanema-SP, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), à classe trabalhadora, entendida, pois, de um lado os produtores de alimentos e de outro, os consumidores. Isto é, a apreensão e o envolvimento dos assentados/camponeses, de um lado e, de outro, os trabalhadores marginalizados, desempregados e subempregados sitiados nas periferias dos centros urbanos, em situação de insegurança alimentar, e o PAA, via Conab, MDA, adquirindo a produção de alimentos (a partir de cotas definidas (R\$8.000,00)/ano/por família), portanto viabilizando a atividade laboral na terra, como instrumento de luta e de resistência na terra. Entretanto, essa dinâmica foi sendo forçosamente fragilizada pelo governo Dilma, desde o início de 2013, e sob a égide do governo golpista recebeu a pá de cal que os setores da burguesia nunca aceitaram, ou seja, trabalhadores pobres produzindo alimentos para trabalhadores/consumidores pobres. Enquanto que na verdade esse vínculo nos possibilitou avançar na compreensão de formatos organizativos alternativos que recolocaram em cena a luta pela terra e a importância dos trabalhadores envolvidos no processo influenciarem planos mais ousados para se resolver a fome e a produção de alimentos para a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Pontal do Paranapanema. Classe Trabalhadora. Programa de Aquisição de Alimentos.

¹ As reflexões apresentadas neste texto estão baseadas nos resultados da dissertação intitulada “A Dinâmica Territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos Conflitos”, (Processo FAPESP N° 2014/04250-4) – Processo vinculado ao Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e água, e a saúde ambiental”, (Processo FAPESP N°. 2012/23959-9).

ABSTRACT: This article brings to discussion the prerogatives and actions that involved, in Pontal do Paranapanema-SP, the Food Acquisition Program (PAA), to the working class, understood, as the food producers on one side and consumers on the other. This is, on one side, the apprehension and involvement from rural settlement dwellers/peasants and, on the other, marginalized workers, unemployed and underemployed ones located in the urban centers suburb, living a food insecurity and the PAA, by means of Conab, MDA, acquiring the food productions (from defined quotas (R\$8.000,00)/year/per family), therefore enabling work activity in the land, as an instrument of struggle and resistance in the land. However, this dynamic was being focibly weakened by the Dilma government, since the beginning of 2013, and under the aegis of the coup government received the lime shovel that the bourgeoisie sectors never accepted, that is, poor workers producing food for poor workers/consumers. While in truth this bond enabled us to advance in the understanding of alternative organizational formations that reput in scene the land struggle and the importance of the workers involved in the process to influence more bold plans to solve hunger and the food production to the working class.

KEYWORDS: Pontal do Paranapanema. Working Class. Food Acquisition Program.

RESUMEN: Este artículo discute las consecuencias y acciones del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil) para la clase trabajadora, entendida en este contexto como los productores de alimentos y los consumidores. Es decir, la participación de campesinos/asentados de la reforma agraria y de los trabajadores marginalizados, desempleados y subempleados ubicados en las periferias de los centros urbanos en situación de inseguridad alimentaria. Este programa está mediado por la Compañía Nacional de Abastecimiento (Conab) y el Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA), que compran la producción de alimentos (a partir de cuotas definidas R\$8.000/año/familia), fortaleciendo el trabajo en la tierra, apropiado por los asentados como instrumento de lucha y de resistencia. Sin embargo, este programa fue fragilizado por el gobierno Dilma (2010-2014, 2015-2016) desde 2013, y por parte del gobierno golpista (2016) recibió el tratamiento sepulcral por la burguesía que nunca aceptó que trabajadores pobres produjeran alimentos para trabajadores/consumidores pobres. Para nuestro interés, ese vínculo entre la clase trabajadora nos permitió avanzar en la comprensión de formas organizativas alternativas, que ponen en escena la lucha por la tierra y la importancia de los trabajadores envueltos en el proceso de influenciar planes más arriesgados para resolver el hambre y la producción de alimentos para la clase trabajadora.

PALABRAS CLAVE: Pontal do Paranapanema. Clase trabajadora. Programa de Adquisición de Alimentos (PAA).

INTRODUÇÃO

Em 2003, com a vitória do Governo Lula ideias dos representantes dos movimentos sociais, de organizações da sociedade civil e de intelectuais que não tinham espaço na formulação de políticas públicas voltadas para o campesinato começaram, depois de muita luta, a serem implementadas. Nesse contexto é que foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA)², que tinha em suas

² Lei N° 10.683, de 28 de maio de 2003

prerrogativas a implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de garantir o direito à alimentação e promover a articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil. Nessa época foi reestabelecido o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)³, criado no Governo Itamar Franco e extinto no primeiro Governo do FHC. Entendeu-se que poderia ser um instrumento de articulação, entre o Governo Federal e a sociedade civil na proposição de ideias para as ações na área de alimentação e nutrição. Nessa conjuntura, como forma de atender à demanda das reivindicações dos movimentos sociais, representantes de organizações da sociedade civil e intelectuais com propostas de políticas de segurança alimentar e nutricional e, como ação estruturante do Fome Zero, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Assim, o PAA, uma conquista dos movimentos sociais, foi instituído em 2 de julho 2003, pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, e tinha como objetivo estimular e fortalecer o campesinato através da aquisição da produção de alimentos dos mesmos e distribuição gratuita para entidades como: associações comunitárias, asilos; albergues; cozinhas comunitárias e restaurantes populares, restaurantes universitários e a populações com risco de insegurança alimentar⁴ e nutricional.

O objetivo do Programa começou a se fragilizar em 2013 ainda no Governo Dilma, por ser um Programa de Governo e susceptível a cortes orçamentários. Devido à instabilidade política a situação piorou. Os cortes rebateram de forma direta nas dotações destinadas para o atendimento dos projetos. A título de exemplo, no estado de São Paulo para o ano de 2015 os camponeses demandaram em projetos R\$ 140 milhões, no entanto, foram liberados R\$ 50 milhões, ou seja, apenas 31,75%. Assim, em 2015 tivemos 1.977 famílias de camponeses participando do PAA no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema 669 participações, o que equivale a 33,83% da participação no estado. E no ano 2012, momento de ápice das dotações destinadas ao Programa tivemos a participação de 14.599 famílias de camponeses assentados participando do PAA no estado e no Pontal

³ O CONSEA é uma instância de *concertação* política e social e, como tal, constitui-se em espaço privilegiado de articulação entre governo e sociedade civil com o objetivo de propor diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>> Acesso em: 15/02/2017.

⁴ Estamos entendendo Insegurança Alimentar enquanto acesso limitado de alimentos básicos incluindo problemas com a quantidade e qualidade dos alimentos e a incerteza sobre o abastecimento de alimentos até o final do mês.

do Paranapanema tivemos a participação de 3.004 famílias de camponeses assentados o que equivale a 20,57% da participação do estado. Nesse contexto, no Pontal do Paranapanema devido os cortes de verbas destinados ao atendimento dos Projetos demandados, de 2012 para 2015 houve uma queda de 77,73% na participação das famílias de camponeses assentados.

No Pontal do Paranapanema a primeira participação no PAA foi registrada entre 2003 e 2004 com incentivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Programa desde 2003 vinha possibilitando a venda de parte da produção extraída dos lotes, e com isso incentivando a diversificação da produção nos assentamentos. Os camponeses tinham a garantia de venda e muitos estavam se libertando dos atravessadores, o que lhes conferia mais rendimentos quanto ao trabalho despendido e retorno para a família. Além, é claro, de contribuir com a complementação alimentar de trabalhadores desempregados, informais e empregados precariamente, que percebiam salários/renda abaixo dos limites estabelecidos pelo Programa, como veremos, sendo, pois, alguns destes, com contratos intermitentes no agrohidronegócio canavieiro.

Nosso desafio foi compreender esses sujeitos no âmbito do PAA, não somente enquanto “beneficiários fornecedores” e “beneficiários consumidores”, mas também, como protagonistas de uma dinâmica territorial de classe, da classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2012; 2013; 2014a). Ou seja, compreender esse processo atentos à dinâmica territorial dos camponeses que trabalham fora e dentro dos lotes, *ora* camponês *ora* trabalhador assalariado nas empresas canavieiras, como também de trabalhadores inseridos em diferentes atividades laborais nos centros urbanos, que migram constantemente de habilitações ocupacionais, de sindicatos e que são potenciais sujeitos e protagonistas da luta pela terra.

No Pontal do Paranapanema os camponeses continuam perdendo territórios para os grileiros/latifundiários e, mais recentemente, para o capital agroindustrial canavieiro, que por meio de uma aliança intraburguesa se apodera dessas terras, via contratos de arrendamento e aposta no monocultivo da cana-de-açúcar. Assim, temos o avanço do agrohidronegócio canavieiro na região, este fundado no projeto neoliberal, expressão do monopólio do acesso e do uso da terra e da água e ainda caracterizado pelo processo de modernização contraditória, concentrador da propriedade da terra e da renda, que degrada o trabalho humano, gera destruição de forças produtivas, do meio ambiente e produz

problemas para toda a sociedade, sobretudo devido à intensificação crescente e generalizada de procedimentos técnicos pautados tanto na mecanização dos processos de trabalho, quanto na utilização de insumos químicos ou agrotóxicos, por meio da pulverização aérea. (THOMAZ JUNIOR, 2014b, p. 6)

Um dos principais resultados dessa disputa desigual e contraditória é a inserção precária dos camponeses no mercado de trabalho. Ou seja, cria-se uma alternativa ilusória de progresso da sua reprodução, o assalariamento junto às agroindústrias canavieiras. Assim, esses se somam aos trabalhadores migrantes e permanentes, que residem nas periferias urbanas sem perspectivas de emancipação do processo de trabalho degradante, alienante e que subjuga o trabalhador à condição de coisa.

Ainda, os camponeses contam com poucos recursos, direcionados comumente por meio de Políticas Públicas, que não consideram a diversidade territorial e, na maioria dos casos, impõem os esquemas defendidos pelos atravessadores e os ditames do mercado, sem contar que não proporcionam recursos humanos e apoio técnico efetivo para o manejo adequado, inviabilizando e encarecendo a produção.

Já os trabalhadores das periferias urbanas, no Pontal do Paranapanema, estão cada vez mais dependentes de políticas assistencialistas que garantam alimentação e moradia para se contrapor à situação de desemprego ou empregos cada vez mais precários e degradantes, informais e com contratos intermitentes nas agroindústrias canavieiras. Barreto (2013, p.126), afirma que:

[...] a angústia de trabalhadores contratados por agroindústrias canavieiras da região, sobretudo aqueles que atuam no setor agrícola (corte manual da cana-de-açúcar, operadores de colhedoras, tratoristas, motoristas – transporte da cana ou vinhaça). As dúvidas, os questionamentos, a vida permeando entre o emprego e o desemprego. Estar ou não inseridos na lista dos demitidos no final da safra? Permanecer ou não empregados? Ou, ainda, haverá a (re) contratação pela agroindústria? Receberão seus direitos trabalhistas? Irão encontrar alguma atividade que lhes proporcione renda, na entressafra? São dúvidas, questionamentos, que povoam o mundo dos trabalhadores que estão inseridos nessa forma precária de trabalho, o temporário.

Nesse cenário, os trabalhadores envolvidos no processo de trabalho nas agroindústrias são considerados de baixa renda e sob risco nutricional, e por conta disso são inseridos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal. O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mínima mensal de até meio salário mínimo por

pessoa, sendo que no ano de 2016, o S.M/Nacional era de R\$880,00 ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Estes trabalhadores também são “beneficiários” consumidores do PAA, na condição de famílias em situação de insegurança alimentar. Ou seja, a baixa renda não lhes proporciona provisão necessária dos alimentos que compõem a cesta básica alimentar mensal.

Os camponeses, mesmo com o requerimento de uma nova divisão do trabalho que atingia tanto a lavoura (direcionamento da produção) quanto as atividades técnico-burocráticas (se associarem, realizarem logística enquanto ato cooperativo e cumprirem as propostas de entrega de alimentos específicos juntamente às associações) e enfrentando politicamente amarras de enquadramento (exigência de alimentos padronizados pela agricultura de mercado que impõem padronizações e aposta na “boa” aparência⁵, já aceita pela sociedade, enquanto propaganda para a venda dos mesmos) vinham se envolvendo com o PAA e se comprometendo com a produção de alimentos que eram distribuídos aos trabalhadores pobres, desempregados, expostos à insegurança alimentar e nutricional.

Assim, no Pontal do Paranapanema os camponeses organizados através dos movimentos sociais, associações e cooperativas vinham se colocando na linha de frente de uma nova sociabilidade do trabalho, desenhada pelo Estado, no âmbito do PAA, que ensejava na mesma trama de relações ou campo da luta social e de classe, camponeses e trabalhadores pobres. (THOMAZ JUNIOR, 2014; 2011; 2017).

OS SUJEITOS ENVOLVIDOS COM O PAA NO MESMO CAMPO DA LUTA SOCIAL E DE CLASSE?

Tendo em vista que os camponeses apostaram no PAA enquanto instrumento de política pública para resistir no lote ou na terra, no Pontal do Paranapanema, o Programa vinha possibilitando a venda de parte da produção e com isso incentivando a diversificação. Além, é claro, de contribuir com a “segurança alimentar” de populações em situação de

⁵ Entendemos que a Agricultura de mercado padronizou alimentos que hoje são aceitos pela sociedade e impostos pelo Estado. Por exemplo: as laranjas devem ter o mesmo tamanho e estar sem manchas nas cascas, não importando se estão azedas ou contaminadas por agrotóxicos. O PAA teoricamente não exige uma padronização dos alimentos, mas as estâncias administrativas responsáveis pela fiscalização dos mesmos, não estão preparadas para aceitarem alimentos que não têm a mesma forma ou aparência, mesmo que sejam sem agrotóxicos e referenciados na agroecologia.

insegurança alimentar. “[...] *Hoje com essa questão do PAA e com as orientações do Setor de produção do MST a gente vê uma grande diversificação na área de produção [...]*” (C.M.S)⁶.

Nesse contexto, o PAA era um agente importante, porque também incentivava a retomada das atividades de produção de alimentos na terra. Destacava-se o renovado interesse dos homens pelo trabalho para a produção desses alimentos, tendo em vista que muitos destes buscavam empregos fora, em diversas atividades assalariadas, sendo, pois, durante a maior parte do tempo, nas atividades agrícolas da cana-de-açúcar (corte e plantio).

Concomitante, o protagonismo do trabalho da mulher⁷ no lote foi mais evidente. Elas se envolveram, desde o início, tomando a frente da produção de hortaliças, frutas, e criatório de pequenos animais. Essa produção sob o cuidado das mulheres até então, valia para a própria alimentação da família e para trocas entre os camponeses ou vendas esporádicas em feiras. Todavia, com o PAA tomou outro significado.

De início foram as mulheres que correram atrás e aí os maridos ficaram meio assim...ficaram com receio de entregar. [...] quando viram que o primeiro ano deu certo, aí vários companheiros né...[...] aí esses quando viram que as que encararam deu certo, vieram também⁸.

[...] eles viram que o PAA não era conversinha de mulher igual a gente escutou no início... Hoje é tão importante quanto o leite, hoje é as duas atividades que sustenta. [...] E ainda tem os casos, tem casos por aí...Que trabalha muito junto né, mais tem casos aí, lotes aí que o PAA é da mulher “não, o PAA é meu! o leite é dele e o PAA é meu”⁹

Nesse sentido o envolvimento dos camponeses com o PAA, no Pontal do Paranapanema, contribuiu para a visibilização do trabalho da mulher no lote e na continuidade do seu protagonismo na produção de alimentos. Além disso, potencializou a

⁶Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2013 com o Coordenador Regional do Setor de Produção do MST, no Pontal do Paranapanema.

⁷Estamos afirmando que a mulher sempre esteve envolvida no processo de produção e que o PAA expressa esse processo. O que não quer dizer, como apontam algumas pesquisas, que o PAA *inseriu* a mulher no processo de produção, como se o Programa fosse a condição para isso.

⁸ Entrevista com mulheres da Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves realizada em 01 de outubro de 2015

⁹ Entrevista com as mulheres da diretoria da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) realizada no assentamento Margarida Alves no dia 01 de outubro de 2015

retomada do lote como atividade econômica importante, portanto, uma estratégia de trabalho familiar.¹⁰

Esse envolvimento dos camponeses também permitiu reconhecimento, mesmo que de forma tímida, do campesinato nas cidades, pois os alimentos eram entregues a trabalhadores a mercê do emprego/desemprego e de contratos temporários nas agroindústrias canavieiras, ou seja, trabalhadores rurais, mas moradores nas cidades que tinham o reconhecimento de que esses alimentos eram produzidos no campo, porém nos assentamentos de reforma agrária.

A produção e consumo de alimentos oriundos dos assentamentos são expressão da luta pela terra no Pontal do Paranapanema em contraposição à grilagem e ao empoderamento do latifúndio e dos latifundiários e à espacialização do agrohidronegócio canavieiro. Desse modo, destaca-se a importância do trabalho dos sem-terra e dos assentamentos enquanto terra de produção de alimentos, terra de sobrevivência, de trabalho e de morada. O entrave campo-cidade se apresenta para os trabalhadores moradores dos centros urbanos através do PAA como contribuição para a sua reprodução, como força de trabalho e como classe. Isto é, a complementação alimentar com produtos oriundos dos assentamentos vinha melhorando a qualidade nutricional, pois eram inseridos na dieta alimentar semanal que se compunha de diversidade de verduras, frutas, leguminosas, tubérculos e até mesmo alimentos lácteos e carne (frangos caipira e peixes criados em tanques escavados).

A título de exemplo, segundo a representante do Centro de Formação e Promoção Humana de Mirante do Paranapanema o PAA:

[...] melhorou a qualidade de vida. Melhorou tanto no centro de formação, como para as nossas famílias cadastradas. Hoje se você perguntar para elas..., nós ficamos duas semanas sem entrega (sic), não vinha de jeito nenhum, começaram a reclamar porque, é..., tem família que já, por exemplo, vai ao médico e ele passa uma alimentação mais balanceada, entendeu? Eles precisam disso. Para eles compra (sic) não tem condições, porque que ganha um salário mínimo, toda semana para ele comprar verdura, ele não tem. Então eles sentiram isso, eles já

¹⁰ Essa questão permeia o plano de ação “Processos de trabalho, divisão técnica do trabalho, políticas públicas, degradação e movimentos/ações de resistência, e processos alternativos, tais como: agricultura orgânica e agroecológica, PAA e PNAE” do Projeto Temático **“Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental”** Processo FAPESP/ 2012/ 23959-95, coordenado pelo Prof. Antonio Thomaz Junior e que envolve

se habituaram na alimentação que tem verdura, legume [...] já está imbuído no dia-a-dia deles [...]. (F.A)

Assim, os desafios sempre estiveram postos para o Programa enquanto instrumento de Política Pública no Pontal do Paranapanema. Pois, sem o PAA os camponeses não vendiam a produção de alimentos, com regularidade e tinham que se submeter, em muitos casos, à subordinação dos atravessadores, sendo que, sem a compra dos mesmos pelo mercado institucional e a consequente distribuição gratuita aos trabalhadores que residem nas cidades e que viviam sob risco em risco nutricional e expostos a relações precárias de trabalho, com rendimentos familiares que os enquadrava no CadÚnico, não teriam acesso a esses alimentos. Segundo Silva (2013):

O programa tem consolidado-se como uma alternativa produtiva para os assentamentos rurais e para o enfrentamento da insegurança alimentar no espaço urbano. O PAA contribui com a aproximação do Estado no campo, o que por sua vez, coloca novos desafios ao poder público, evidenciando a necessidade de uma série de ações articuladas a questões relativas à segurança alimentar, ao apoio à agricultura familiar, à assistência técnica e à ampliação do acesso a terra. (p.187)

Esse cenário que se apresentava no Pontal do Paranapanema redimensionava o papel do Estado e também determinava desafios para os movimentos sociais do campo e da cidade, partidos políticos e para os trabalhadores em especial.

Nesse sentido, temos que avançar no entendimento do PAA no Pontal do Paranapanema, no que concerne ao envolvimento dos camponeses produtores dos alimentos e dos trabalhadores, consumidores dos mesmos alimentos, não somente enquanto trabalhador do campo e trabalhador da cidade, separados por dicotomias urbano/rural, rural/urbano, considerados por alguns autores como trabalhadores do campo/trabalhadores da cidade, trabalhador da cidade/trabalhador do campo, camponês/operário, operário/camponês etc., engessando-os a esquemas pré-definidos. Ou seja, precisamos abandonar as interpretações genéricas e opacas, que nada contribuem para a apreensão contraditória da realidade do trabalho e da transformação da sociedade em movimento. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

A questão é que o momento nos leva a pensar e trabalhar com referenciais teóricos que indicam a transformação da sociedade em um movimento engendrado pela classe trabalhadora. E esse movimento tem que ser analisado para além do que está

aparente, e sim pelo que lhe dá sustentação, porém, invisível, ou não tão visível a olho nu. (THOMAZ JUNIOR, 2011). Moreira (2013) contribuiu sobremaneira com essa questão quando é necessário considerar o que está por vir, ou seja, um movimento “de instauração de processos de produção-organização de um espaço configurativo-organizador da democratização da sociedade, vinculados a modelos globais de arranjo de espaço” (p. 13,14).

Assim, temos que enxergar esses sujeitos no âmbito do PAA, ou seja, enquanto participantes de um mesmo processo no campo da luta social e de classe. Ou seja, enquanto classe trabalhadora, ademais, em suas diferentes formas laborais, estratégias de reprodução social, que os significam e ressignificam.

Ainda, é preciso ter em mente as “[...] múltiplas identidades da classe trabalhadora”, como retrata Geary (2000, p 3). Em outras palavras, quem são esses trabalhadores, de onde vieram, quais as formas de luta nas quais se envolveram e se envolvem, quais são os costumes em comuns, as formas de vida e de sociabilidade. Como também, “a experiência de classe que [...] é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 2004 p. 10).

Nesse contexto, não podemos utilizar do conceito de classe trabalhadora, como nos alerta Thomaz Junior (2008, p.276) “[...] quando admitimos apenas a centralidade do trabalho assentada na face proletária/operária do trabalho [...] sem considerar, os movimentos que os camponeses protagonizam [...]”, estes que no momento, no Pontal do Paranapanema, são os principais protagonistas da luta de classe, dos enfrentamentos com as burguesias latifundiária/grileira-agroindustrial, ou com o pacto intraburguês, diante das disputas em torno das terras públicas invadidas e que a partir do início dos anos 2000 começam a trocar de mãos, por diferentes meios, ou seja, pelo capital agroindustrial canavieiro, seja pela via da legitimação do grilo, seja pela via político-legislativa junto à Assembleia Legislativa paulista para legalizar o grilo. (THOMAZ JUNIOR, 2009, 2014)

Assim, compreendemos que o aporte teórico é necessário, mas a realidade é muito mais complexa e, como não queremos que a teoria se imponha à realidade, a aproximação com os movimentos sociais, sindicais, militantes e formadores de opinião nos é relevante para compreender quais as formas de luta, os posicionamentos, as estratégias e as

reivindicações que aparecem na “ordem do dia” e no âmbito das relações dos trabalhadores envolvidos com o PAA.

Assim, novos desafios se põem para a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, como também para nós, enquanto pesquisadores, tendo em vista a complexidade das relações nas quais estão inseridos os trabalhadores. Nesse sentido, é por dentro do conflito territorial e das ações de luta e resistência onde semeiam-se as sociabilidades que temos que entender a dinâmica dos trabalhadores envolvidos no PAA.

A SOCIABILIDADE DO TRABALHO E O PAA

O PAA, enquanto uma conquista dos trabalhadores, se apresentava como um importante instrumento de política pública para o Pontal do Paranapanema. Com diretrizes de atender a demanda dos camponeses para vender a produção e ao mesmo tempo atender a segurança alimentar de populações em risco de insegurança alimentar o Programa, como já supracitado, trazia novos desafios, limites, contradições e possibilidades.

Para participarem do PAA os camponeses se organizavam em associações ou cooperativas, no entanto, essas instâncias para além da experiência do trabalho da terra devem ter pessoal que possua conhecimentos nas áreas administrativas, jurídicas, assim como no apoio técnico e logístico. O processo de trabalho se complexifica ao tirar o atravessador do esquema, agora, a associação controla o processo até a entrega do produto, seja esse fresco ou empacotado. Tudo isso requer uma divisão do trabalho que atinja tanto a lavoura, quanto as atividades técnico-burocráticas de escrever os projetos, proceder prestação de contas, fazer nota fiscal, entre outras.

Nesse sentido, todas essas atividades ficavam a cargo de poucos membros das associações com pouca capacitação para lidar com a burocracia e muito menos infraestrutura logística. Existia sobrecarga de funções nas diretorias das associações, as quais acabavam se responsabilizando de múltiplas atividades e de criar estratégias para continuarem apostando no Programa.

A questão das atividades burocráticas é muito delicada, porque qualquer deslize na prestação de contas, no recolhimento de assinaturas, na notificação dos alimentos e na emissão de notas fiscais podia ocasionar a não liberação do pagamento aos camponeses pela entrega dos alimentos e até mesmo, processos jurídicos que impediam a participação

no Programa e a outras alíneas. Tentando evitar esses problemas e para minimizar a sobrecarga, as diretorias pagavam para terceiros o exercício dessas demandas para lidar com a parte burocrática. Os custos desses serviços oneravam a cota de contribuição dos associados para manutenção das associações

Outra questão é a logística, pois o PAA não garantia às associações e cooperativas infraestrutura para transporte dos alimentos com a mesma qualidade com que sai dos locais de produção até os locais de distribuição para a população. Esse ato, segundo a lei que rege o Programa, deve ser ato cooperativo o que exige a CONAB, responsável pela operacionalização do PAA, dessa infraestrutura. Assim, essa parte que se insere na operacionalização do Programa era realizada de forma precária pelas associações, utilizando-se de automóveis dos próprios associados, que não são adequados para esse tipo de transporte, e onerando mais uma vez os custos de manutenção da associação com gastos com combustível e manutenção dos veículos.

Dessa forma, as associações também corriam o risco de ter seus alimentos rejeitados pelas entidades, grupos de trabalhadores, comunidades de bairros que recebiam esses alimentos, e que eram os mesmos responsáveis por notificar a qualidade dos alimentos aos fiscais da CONAB. Essa situação nos expressa um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que Estado exigia que os alimentos estivessem em boa forma e aparência, não oferecia condições compatíveis quanto à logística de transporte dos alimentos por parte das associações.

Esses desafios, mesmo que de forma pontual, já evidenciam as dificuldades para as associações se manterem no Programa. Nesse sentido é que comparece o questionamento: qual era, de fato, o papel das associações/cooperativas no âmbito do PAA?

Para nós essa situação expressava o que entendemos como a subordinação das associações ao Estado, tendo em vista que o PAA era a via alternativa em que os camponeses vinham apostando. Assim, as associações dependiam do Programa para continuarem existindo e o Estado às mantinham de forma precária e contraditória, porque delas também necessitava, todavia, não possibilitava que as mesmas se tornassem autônomas, ou seja, “mantinha” para *manter*.

Segundo Guerra (2010, p. 155) a dependência é o fator que dificulta o exercício de práticas emancipatórias, mantendo o PAA nas mesmas perspectivas adotadas pelas políticas

conservadoras, historicamente observadas no Brasil. Essas contradições desfavoreciam a dinamicidade das associações envolvidas com o PAA, no Pontal do Paranapanema, em atividades de cunho político/formador e participativo. Assim, o ato de associar-se acabava por ser somente para acesso ao PAA. Segundo Neves (2008, p.216):

[...] contraditoriamente, as políticas e os programas estatais não operam na valorização do associativismo porque recorrentemente não se abrem às demandas elaboradas por projetos políticos dos produtores. Pelo contrário, são instrumentos de imposição de regras e soluções, cujos critérios e prerrogativas estão longe do atendimento das necessidades e das correspondências às condições sociais de vida e de produção dos assentados.

Não podemos deixar de evidenciar que existem associações que resistem a esse processo, pois a busca pela independência do PAA é constante, mas romper com essa lógica é um desafio, pois, a intenção do Estado é impor, e não atender às demandas reivindicadas pelos trabalhadores, até porque não direcionou recursos para investimentos ou custeio para aquisição de insumos etc.

Em contraposição, o MST vinha prestando assessoria para uma pequena parte¹¹ das associações vinculadas ao PAA¹² e, juntamente com entidades, grupos de trabalhadores envolvidos com o Programa participava nos conselhos das secretarias da agricultura nas prefeituras e no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema (CODETER) na busca de soluções aos estraves impostos pelo Programa.

Esse objetivo se retroalimenta de iniciativas voltadas para a busca por recursos junto a linhas de fomento para atender as demandas de infraestrutura, logística como, por exemplo, entrepostos¹³ equipados com: despoldadeiras de frutas, embaladoras a vácuo e refrigeradores; caminhões e camionetes com a finalidade de transportar os alimentos a serem entregues nas entidades e comunidades de bairros. Essa busca por infraestrutura de entrepostos vem no sentido também de agregar valor aos alimentos por parte de quem compra e de quem consome e ainda, com intuito de atingir outras demandas do PAA, do mercado institucional e pequenos mercados locais.

¹² Cerca de 15, sendo que estão implicadas mais de 100, conforme nos disse o Coordenador do Setor de Produção do MST no Pontal

¹³No Município de Mirante do Paranapanema-SP acompanhamos a conquista de um entreposto que foi instalado na região conhecida como Pé de Galinha, que congrega 10 assentamentos.

Assim, poderíamos pensar em sociabilidade de classe em algumas ações que se iniciaram no âmbito do PAA? Só a continuidade da pesquisa pode nos revelar, pois quando perguntamos a um camponês, militante do MST que participava do PAA, sobre o papel das associações no âmbito do Programa, obtivemos a seguinte resposta:

Na verdade, eu ainda tenho muita dúvida, mas mesmo nessas coisas a gente ainda é muito escravo do sistema, mas falando que a gente está assentado e tem que produzir eu acho que cumpre um papel muito importante e que nós agora enquanto trabalhadores não estamos sabendo aproveitar desse papel, dessa estrutura para organizar os trabalhadores. I.C.B¹⁴

Parece-nos que a ideia está posta e que alguns têm consciência disso, ou seja, que a organização dos trabalhadores na continuidade do PAA é necessária. Porém essa ideia foi válida até poucos meses antes do golpe de agosto de 2016, porque o PAA já desmoronava. No entanto, sabemos que este processo deve ser analisado para além do imediatismo, ainda mais considerando a conjuntura na qual está inserida a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, em meio aos conflitos territoriais que recobrem as terras públicas invadidas pelos latifundiários/grileiros e o empoderamento do capital agroindustrial canavieiro, que arrenda parte dessas terras e também compram crescentemente parte das terras legalizadas. (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2014).

Nessa conjuntura temos que avançar em outros assuntos pertinentes aos desdobramentos do PAA no Pontal do Paranapanema. Entendemos que o Programa atuava somente na comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses, não considerando o processo de produção, ou seja, seguindo diretrizes da política de Segurança Alimentar.

Estamos entendendo Segurança Alimentar como o direito de *ser* alimentado (VALÉRIO, 2011) com quantidade e regularidade, como também, política de manutenção de estoques públicos através da compra de alimentos produzidos em território nacional ou internacional, para atender à demanda de alimentos de populações em situação de insegurança alimentar. E, pressupõe, “via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o *jogo* do mercado”, como lembra Thomaz Junior, (2009. p. 168). Nesse contexto, a segurança alimentar não se preocupa com o

¹⁴Assentado no Assentamento São Bento em Mirante do Paranapanema-SP, militante do MST. Entrevista concedida em 17/04/2013.

processo de produção e com a qualidade dos alimentos, tendo em vista que os alimentos são meras mercadorias.

No entanto, o envolvimento dos camponeses com o PAA no Pontal do Paranapanema, com incentivos, formação e mobilização do MST e o reconhecimento por parte do campesinato da amplitude e significado da produção de alimentos para atender a demanda de trabalhadores famintos, que para se alimentarem dependem do trabalho precário no agrohidronegócio canavieiro, este que se territorializa no Pontal em detrimento dos assentamentos de centenas de milhares de famílias de Sem Terra, incentivava muitas famílias de camponeses assentados a produzirem alimentos, com seu próprio insumo, por meio de técnicas de produção orgânica, manejo agroecológico, produção integrada, como algumas experiências de produção agroecológica no Pontal do Paranapanema (RABELLO, 2014), e ao mesmo tempo oferecesse alimento saudável, rico em vitaminas, livre de agrotóxicos e de transgênicos.

Ou seja, há esforços, por parte dos camponeses que direcionam a produção de alimentos em contraposição ao modelo de produção do agrohidronegócio. Assim, estão cultivando com sementes crioulas, diversificando espécies, produzindo alimentos confiáveis, com qualidade e considerando os hábitos alimentares, como também valorizando o tempo de trabalho do modo de produção camponesa. O que demarca o posicionamento de produzir com base nas diretrizes da Soberania Alimentar, proposta disseminada pela Via Campesina¹⁵, de continuarem permanecendo nos assentamentos, produto da luta pela terra e de defender a Reforma Agrária tão reivindicada pela classe trabalhadora.

Participando do PAA os camponeses demonstravam que nos assentamentos há produção de alimentos para além da subsistência e que a luta pela terra cumpre importante papel. Para os trabalhadores em situação de insegurança alimentar¹⁶ era importante no sentido da oferta de alimentos, no entanto, estes ainda continuam a depender do Estado para que esses alimentos cheguem à mesa e complementem a cesta básica. O que para nós é uma estratégia de controle social por parte do Estado, tendo em vista que trabalhadores

¹⁵Proposta de Soberania Alimentar disseminada pela Via Campesina desde 1996, momento em que se discutia passados trinta e seis anos após a chamada Revolução Verde, novas alternativas para a produção de alimentos num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas.

empregados precariamente e/ou desempregados podem demover suas lutas e se somarem às trincheiras da luta pela terra.

Nos parece que essa é a verdadeira intenção do Estado no âmbito do PAA, quando, por exemplo, começou a proibir a entrega diretamente das associações de camponeses às entidades tendo que passar pelos bancos de alimentos das prefeituras. (Figura 1).



Figura 1: Banco de Alimentos de Mirante do Paranapanema-SP.

Fonte: (LEAL, 2017).

Para nós, essa situação representa uma das ações do poder público que “quebra” o vínculo político da classe trabalhadora e gera situações de *marketing político*, no sentido da propaganda, de que a prefeitura na gestão atual entrega alimentos para os pobres e que não faltará enquanto a gestão durar, e a proposta de formação desencadeada pelos movimentos sociais, em especial do MST, no sentido de dialogar que esses produtores que são oriundos da luta pela terra, perde o sentido.

Nesse contexto nos confrontamos com falas que expressam essa realidade que custa caro às organizações de trabalhadores que vinham se apropriando do PAA e lutando para a manutenção do mesmo diante dos cortes orçamentários expressivos e mudanças na gestão, que desde 2013 sinalizavam o fim do Programa.

Então, era um alimento para a criança, para adulto, pra idoso, pra acamado, todo mundo pegaria. Isso é coisa que o governo manda e o prefeito fazia isso por nós, porque um prefeito igual a esse aí para fazer o que faz pela gente, só o pai do céu para fazer. Porque esse prefeito é muito bom demais, eu não posso falar nada dele (M.A.)¹⁷.

Nós não temos força, essa força aqui, só quem pode ter ela é o prefeito para colher dentro da cidade. Nós não, ou você corre se passar caminhão vendendo aqui comprar, de fora para cá, carrinho pequeno, algum caminhão, que nem o [...] passa aí com o caminhão de fruta lá da CEASA e sai vendendo nas portas por um absurdo, coisa que nós pegava de graça aqui (M.A.)¹⁸

Não, só falou que ia dar uma parada por um tempo. A prefeitura não corre atrás, se ele fosse um prefeito que corresse atrás e lutasse (L.A.)¹⁹

Mas, não podemos deixar de evidenciar que apreendemos que o envolvimento da classe trabalhadora no âmbito do PAA, no Pontal do Paranapanema, demonstra a capacidade de organização dos trabalhadores, reverbera e legitima a luta pela terra e pela Reforma Agrária, em contraposição ao agrohidronegócio canavieiro, que se territorializa em terras que poderiam ser voltadas para a criação de assentamentos, enquanto terra de trabalho, produção de alimentos e de vida. Em momentos diferentes nas mesmas entrevistas também presenciamos falas que nos revelam uma sociabilidade a ser criada.

É uma honra. Tanto está progredindo eles, satisfazendo eles, como nós. Tanto ajuda eles, de uma forma diferente, como ajuda nós. Porque nós comemos o que eles plantam e o governo compra deles, incentiva eles a plantar, progredir cada vez mais. (L.A)

Isso mesmo, que já pegaram sítio e que são assentados a muito tempo, tem bastante coisa plantado, tem mandioca, tem batata, tem tudo o que tiver no sítio, que eles não aguentam comer, eles mandam para lá pra dar pro povo, entendeu? Então, é para isso aí. (M.A)

COMENTÁRIOS FINAIS

Desafios se põem para a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema e, os trabalhadores envolvidos na reivindicação de Políticas Públicas, devem ser situados no mesmo campo da luta social e de classe, o que também nos impõe desafios, tendo em vista a complexidade e a contradição em que estão inseridos no Pontal do Paranapanema.

¹⁷Entrevista realizada em 02/12/2015 com trabalhadora doméstica beneficiária do PAA em Sandovalina-SP.

¹⁸Entrevista realizada em 02/12/2015 com trabalhadora doméstica beneficiária do PAA.

¹⁹Idem.

Ainda mais quando se considera que as políticas públicas no Brasil voltadas para a classe trabalhadora, quando sinalizam mudanças, que podem vir a ser estruturais, são desmanteladas e corrompidas pela direita arcaica estruturada pela bancada da bala, bancada ruralista, bancada protestante e políticos sacripantas que se fortalecem com o golpe, o desafio está mais do que posto!

Talvez ainda não tenhamos conseguido fugir de pensar a classe trabalhadora para além do que está posto estruturalmente em termos econômicos no Pontal do Paranapanema, ou seja, perante as investidas do capital com o aval do Estado. Assim, só a continuidade da pesquisa nos permitirá compreensões mais concretas sobre o envolvimento dos camponeses e trabalhadores dos centros urbanos (desempregados/empregados precariamente) na linha de frente de uma “nova” sociabilidade do trabalho na reivindicação de Políticas Públicas que atendam suas reais necessidades.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M, J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2012. 244p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GEARY, D. A "virada linguística", pós-modernismo e história do trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis, v.18, n.33, 2000. p.35-63.
- GUERRA, J. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Fome Zero: compensação ou emancipação?**. 2010. 185p, Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas.
- LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em torno da Luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema – SP**. 2013. 99 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.
- LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017. 107p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. 2017

MOREIRA, R. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V.L.S.B, WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008. p.172 a 217

RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema**: os desafios para a transição agroecológica. 2014. 105p. Monografia-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

SILVA, M. E.S. **A Representação Social e a Territorialização da Reforma Agrária no Espaço Urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2013. 243p. Dissertação -Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro

THOMAZ JR. A classe trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria – Qual o lugar do campesinato e do Proletariado? In: Fernandes, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, Campinas, v. 7, n. 1, n. esp., p. 307-329, out. 2011.

_____. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y Desafíos**. Quito: CLACSO/IAEN, 2014. p. 181-198.

_____. **Degradação sistêmica do trabalho e saúde do trabalhador no agrohidronegócio no Brasil**. Revista Mercator (Aceito). Fortaleza, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: **Avesso do Trabalho IV**, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**, a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v .1.

VALÉRIO, V.J.O. **Alimentar ou ser Alimentado?** A Expansão da Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Submetido em: 10 de julho de 2017

Aceito em: 13 de agosto de 2017